REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE

CAPÍTULO I

DO OBJETO DO REGIMENTO INTERNO

Art. 1º. Este Regimento Interno disciplina o funcionamento do Conselho de Administração da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge, bem como o relacionamento entre o Conselho e os demais órgãos sociais aos quais a Companhia se vincula por disposições legais e estatutárias.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º. O Conselho de Administração da Prodemge, doravante denominado Conselho, é um órgão social colegiado, de caráter deliberativo.

CAPÍTULO III

DA MISSÃO DO CONSELHO

Art. 3º. O Conselho tem como missão proteger e valorizar o patrimônio da Prodemge, tomando por base os valores e a função social da Companhia e os propósitos e princípios dos acionistas.

CAPÍTULO IV

DO ESCOPO DE ATUAÇÃO E OBJETIVOS DO CONSELHO

Art. 4º. O Conselho deve estabelecer a orientação geral dos negócios da Prodemge e decidir sobre questões estratégicas, visando realizar as seguintes diretrizes:

- a) Promover e observar o objeto social da Prodemge;
- b) Zelar pelos interesses dos acionistas, sem perder de vista as demais partes interessadas;
- c) Zelar pela perenidade da Prodemge, adotando perspectiva de longo prazo e de sustentabilidade na definição dos negócios e operações;
- d) Adotar uma estrutura de gestão ágil, composta por profissionais qualificados e de reputação ilibada;
- e) Formular diretrizes para a gestão da Prodemge, que serão refletidas no orçamento anual;
- f) Cuidar para que as estratégias e diretrizes sejam efetivamente implementadas pela diretoria, sem, todavia, interferir em assuntos operacionais;
- g) Prevenir e administrar situações de conflito de interesses ou de divergência de opiniões, de maneira que o interesse da Prodemge sempre prevaleça.

CAPÍTULO V

DA COMPOSIÇÃO, MANDATO, INVESTIDURA E REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS

Art. 5º. De acordo com o definido no Estatuto Social, o Conselho é composto por 7 (sete) membros, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e nomeados por ato do Governador, com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo único. O prazo de gestão do Conselho se estende até a investidura dos novos conselheiros eleitos.

Art. 6º. São requisitos para a ocupação de vaga no Conselho:

- a) Ser pessoa natural;
- b) Possuir idoneidade moral e reputação ilibada.

Art. 7º. A investidura do conselheiro no cargo se dá mediante assinatura de termo de posse em até 30 (trinta) dias após a nomeação, sob pena de torná-la sem efeito, salvo no caso de justificação aceita pelo Conselho.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE

Art. 8º. São condições para a posse que o conselheiro:

- a) Apresente o *curriculum vitae* à Assembleia Geral dos Acionistas contendo, no mínimo:
 - a. Nome completo;
 - b. Data de nascimento;
 - c. Naturalidade/UF;
 - d. Filiação;
 - e. Número do CPF;
 - f. Número da Carteira de Identidade / órgão emissor / data de emissão;
 - g. Endereço residencial, telefone e endereço eletrônico;
 - h. Formação acadêmica;
 - i. Cursos de especialização, mestrado ou doutorado e equivalentes;
 - j. Breve histórico da vida profissional;
 - k. Cargo atual e data da posse na Administração Pública, se for o caso, ou principal atividade profissional que exerce no momento; e
 - l. Indicação de cargos que ocupa em Conselho de Administração, Fiscal ou Consultivo em outras companhias, se for o caso.
- b) Apresente a última declaração de bens entregue à Receita Federal do Brasil;
- c) Verifique se cumpre os requisitos e forneça declaração de desimpedimento feita sob as penas da Lei e em instrumento próprio, que ficará arquivada na sede da Prodemge;
- d) Assine o termo de posse, lavrado no Livro de Atas do Conselho, nos termos definidos em Lei, o qual deverá conter pelo menos um domicílio em que o conselheiro receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, que se reputarão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado.

§ 1º. O conselheiro deve comunicar por escrito e tempestivamente à Prodemge eventual mudança do domicílio.

§ 2º. Na hipótese de ocorrer fato superveniente, após a posse, que possa caracterizar incompatibilidade e/ou impedimento na forma prevista na legislação, o conselheiro deve solicitar o imediato afastamento das funções e informar à Companhia a existência do fato.

Art. 9º. São impedimentos para a ocupação de vagas no Conselho:

- a) Pessoas impedidas por lei especial;
- b) Pessoas condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- c) Pessoas que ocupem cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal;
- d) Pessoas que tenham interesse conflitante com a sociedade, assim entendida a pessoa que, cumulativamente, tenha sido eleita por acionista que também tenha elegido conselheiro de

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE

administração em sociedade concorrente e mantenha vínculo de subordinação com o acionista que o elegeu; e

- e) Pessoas impedidas pelo Decreto Estadual nº 45.604, de 18 de maio de 2011, que estabelece as hipóteses de impedimento para nomeação, designação ou contratação, em comissão de funções, cargos e empregos na Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo.

Art. 10. São condições não recomendáveis para a ocupação de vagas no Conselho:

- a) Pessoas que tenham causado prejuízo à Companhia ou que lhe forem devedoras;
- b) Pessoas que detenham participação societária ou integrem sociedades em mora com a Prodemge; e
- c) Pessoas que sejam sócias, cônjuges, companheiro ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membro da administração da Prodemge.

Art. 11. A remuneração dos conselheiros é fixada pela Assembleia Geral que os eleger, em conformidade com a legislação vigente e considerando suas responsabilidades, o tempo dedicado às funções, sua competência e reputação profissional e, ainda, o valor de serviços da espécie no mercado.

CAPÍTULO VI

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 12. Compete ao Conselho:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios da Prodemge;
- b) Votar o orçamento anual e suas alterações;
- c) Manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- d) Eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser a legislação pertinente e o Estatuto;
- e) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, verificar o cumprimento das disposições legais e regulamentares afetas à Governança Corporativa, e quaisquer outros atos;
- f) Aprovar o plano de Cargos e Salários, fixar as diretrizes das especificações de classe e dos reajustamentos salariais do pessoal da Companhia;
- g) Convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou no caso do Art. 132 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- h) Manifestar-se previamente sobre atos e contratos, salvo quando se refiram à prestação de serviços ou se essenciais às atividades operacionais da Companhia;
- i) Autorizar a alienação de bens do ativo permanente e a constituição de ônus real, vedada a prestação de garantia a obrigação de terceiros;
- j) Autorizar a contratação de obras ou serviços e a aquisição de bens móveis, excetuados aqueles que constituem insumo de serviços comercializados, de valor individual igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), bem como a aquisição de bens imóveis, de qualquer valor.
- k) Conceder licença aos Diretores, por período superior a 30 (trinta) dias e inferior a 91 (noventa e um) dias, nas condições que especificar;
- l) Escolher e destituir os Auditores Independentes, mediante processo licitatório;
- m) Encaminhar à Assembleia Geral matéria de sua competência e de interesse da Companhia;
- n) Designar substitutos para os membros da Diretoria, quando impedidos;

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE

- o) Escolher e destituir o titular da unidade de auditoria interna;
- p) Aprovar o Plano Anual de Auditoria Interna e acompanhar os assuntos afetos à unidade de auditoria interna da Companhia; e
- q) Resolver os casos omissos.

Parágrafo único. O Conselho também deve acompanhar o cumprimento do disposto no Decreto Estadual nº 45.644, de 13 de julho de 2011, que define as atribuições e competências do Comitê de Governança Corporativa, quanto à submissão, pela Prodemge, das matérias que dependem de prévia apreciação e/ou aprovação daquele colegiado.

CAPÍTULO VII

DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS CONSELHEIROS

Art. 13. É dever do conselheiro atender aos seguintes princípios:

- a) Diligência: o conselheiro deve empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios ou em seu exercício profissional;
- b) Lealdade: o conselheiro deve exercer suas atribuições para alcançar os fins sociais e no interesse da sociedade, satisfeitas as exigências do bem público e da função social da Companhia;
- c) Confidencialidade: toda matéria oferecida à apreciação do colegiado em caráter reservado, bem como as decisões pertinentes, terão caráter confidencial, de conhecimento restrito aos membros do Conselho e aos participantes das reuniões, na qualidade de assessores;
- d) Sigilo: o conselheiro deve servir com lealdade à Companhia e manter reserva sobre os seus negócios.

Art. 14. Aplicam-se ao conselheiro as disposições do Código de Ética do Servidor Público da Alta Administração, entre as quais:

- a) Agir com boa fé;
- b) Ser justo e honesto no desempenho de suas funções;
- c) Representar contra atos ilegais ou imorais;
- d) Resistir às pressões de contratantes, interessados e outros que visem a obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas, em decorrência de ações ilegais ou imorais, denunciando sua prática;
- e) Manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes à Companhia;
- f) Facilitar as atividades de fiscalização pelos órgãos de controle;
- g) Observar os princípios e valores da ética pública.

Art. 15. São expressamente vedadas aos conselheiros, caracterizando conflito de interesses, as seguintes hipóteses:

- a) Praticar ato de liberalidade à custa da Companhia;
- b) Sem prévia autorização da Assembleia Geral ou do Conselho, tomar por empréstimo recursos ou bens da Companhia, ou usar, em proveito próprio, de sociedade em que tenha interesse, ou de terceiros, ou seus bens, serviços ou crédito;
- c) Receber de terceiros, sem autorização estatutária ou da Assembleia Geral, qualquer modalidade de vantagem pessoal, direta ou indireta, em razão do exercício de seu cargo;

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE

- d) Usar, em benefício próprio ou de outrem, com ou sem prejuízo para a Companhia, as oportunidades comerciais de que tenha conhecimento em razão do exercício de seu cargo;
- e) Omitir-se no exercício ou proteção de direitos da Companhia ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da Companhia;
- f) Adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à Companhia, ou que esta tencione adquirir;
- g) Valer-se de informação relevante que ainda não tenha sido divulgada para conhecimento do mercado para obter, para si ou para outrem, vantagem mediante compra ou venda de valores mobiliários;
- h) Intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho, a natureza e extensão do seu interesse; e
- i) Contratar com a Companhia em condições que não sejam razoáveis, equitativas e idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a Companhia não contrataria com terceiros.

Art. 16. Os conselheiros respondem pelos danos resultantes de omissão e negligência no cumprimento de seus deveres e por atos praticados com culpa ou dolo, ou com violação da Lei ou do Estatuto Social da Prodemge.

§ 1º. Os conselheiros não serão responsabilizados pelos atos ilícitos de outros membros, salvo se com eles forem coniventes ou se concorrerem para a prática do ato.

§ 2º. Exime-se de responsabilidade o conselheiro dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito a este Conselho, ao Conselho Fiscal ou à Assembleia Geral dos Acionistas.

CAPÍTULO VIII

DA VACÂNCIA

Art. 17. São motivos para interrupção da gestão do conselheiro:

- a) Falta em até 3 (três) reuniões consecutivas, sem justificativa acolhida pelo Conselho;
- b) Cometimento de qualquer ação contrária à boa conduta, pessoal ou funcional;
- c) Renúncia formal do conselheiro ao cargo;
- d) Decisão da Assembleia Geral dos Acionistas ou, na ausência desta, ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. Ocorrendo vacância no Conselho, será convocada a Assembleia Geral dos Acionistas para eleição do novo membro que cumprirá o período do mandato que restava ao antigo conselheiro.

Art. 18. Ocorrendo vaga, renúncia, licença ou impedimento temporário de qualquer membro da Diretoria, o Conselho deverá reunir-se para promover a eleição do substituto para completar o mandato do substituído, na forma prevista no Estatuto.

Art. 19. A renúncia ao cargo de conselheiro ou de diretor é feita mediante comunicação escrita ao Conselho, tornando-se eficaz, a partir desse momento, perante a Prodemge, prevalecendo diante de terceiros após o arquivamento do documento de renúncia no registro do comércio e publicação, atos que poderão ser promovidos pelo renunciante.

CAPÍTULO IX

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO CONSELHO

Art. 20. O presidente do Conselho é o Secretário de Estado de Planejamento e Gestão e tem as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras que lhe conferirem o Estatuto Social e a Lei:

- a) Conceder licença aos membros do Conselho;
- b) Assegurar a eficácia e o bom desempenho do Conselho;
- c) Assegurar a eficácia do sistema de acompanhamento e avaliação adotados pelo Conselho, em relação à Prodemge, ao próprio Conselho, à diretoria e, individualmente, aos membros de cada um desses órgãos;
- d) Compatibilizar as atividades do Conselho com os interesses da Prodemge, dos seus acionistas e das demais partes interessadas;
- e) Organizar e coordenar, com a colaboração da Secretaria do Conselho, a pauta das reuniões, ouvidos os outros conselheiros, o diretor-presidente e, se for o caso, os demais diretores;
- f) Coordenar as atividades dos demais conselheiros;
- g) Assegurar que os conselheiros recebam informações completas e tempestivas sobre os itens constantes da pauta das reuniões;
- h) Propor ao Conselho a nomeação de secretário, preferivelmente não conselheiro;
- i) Presidir as reuniões do Conselho;
- j) Exercer o voto de qualidade, quando for o caso;
- k) Propor ao Conselho o calendário anual corporativo;
- l) Organizar, em conjunto com o diretor-presidente, quando da eleição de um novo membro do Conselho, um programa de integração e treinamento do novo conselheiro, que lhe permita tomar contato com as atividades e obter informações sobre a Companhia;
- m) Dar ciência de renúncia de conselheiro ao Comitê de Governança Corporativa.

CAPÍTULO X

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

Art. 21. É dever de todo conselheiro, além daqueles previstos em Lei e dos que a regulamentação aplicável e o Estatuto Social lhe impuserem:

- a) Conceder, em conjunto com os demais membros, licença ao Presidente;
- b) Comparecer às reuniões do Conselho previamente preparado, com o exame dos documentos postos à disposição, e delas participar ativa e diligentemente;
- c) Manter sigilo sobre toda e qualquer informação da Prodemge a que tiver acesso em razão do exercício do cargo, bem como exigir o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que lhe prestem assessoria, utilizando-a somente para o exercício de suas funções de conselheiro, sob pena de responder pelo ato que contribuir para sua indevida divulgação;

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE

- d) Abster-se de intervir, isoladamente ou em conjunto com terceiro, em quaisquer negócios com a Prodemge, seu acionista controlador e, ainda, entre a Prodemge e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do acionista controlador, assim como outras sociedades que, com qualquer dessas pessoas, integre o mesmo grupo de fato ou de direito, salvo mediante aprovação prévia e específica do Conselho;
- e) Declarar, previamente à deliberação, que, por qualquer motivo, tem interesse particular ou conflitante com o da Prodemge quanto a determinada matéria submetida à sua apreciação, abstendo-se de sua discussão e voto; e
- f) Zelar pela adoção, pela Prodemge, das boas práticas de governança corporativa.

CAPÍTULO XI

DAS ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO DO CONSELHO

Art. 22. O secretário das reuniões do Conselho terá as seguintes atribuições:

- a) Organizar a pauta dos assuntos a serem tratados, com base em solicitações de conselheiros e consulta a diretores, e submetê-la ao presidente do Conselho para posterior distribuição;
- b) Providenciar a convocação para as reuniões do Conselho, dando conhecimento aos conselheiros e eventuais participantes do local, data, horário e ordem do dia;
- c) Secretariar as reuniões, elaborar e lavrar as respectivas atas e outros documentos no livro próprio e coletar as assinaturas de todos os conselheiros que dela participaram, além de consignar o comparecimento de eventuais convidados; e
- d) Arquivar as atas e deliberações tomadas pelo Conselho nos órgãos competentes e providenciar sua publicação no órgão de imprensa oficial e em jornal de grande circulação, se for o caso.

CAPÍTULO XII

DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Seção I – Das Reuniões:

Art. 23. No início de cada exercício, o presidente do Conselho deve propor o calendário anual de reuniões ordinárias, devendo a ocorrer no primeiro trimestre do ano, ocasião em que serão deliberados, no mínimo:

- a) O calendário anual de reuniões ordinárias;
- b) O orçamento anual de dispêndios e de investimentos; e
- c) A avaliação formal dos resultados de desempenho da Prodemge, da diretoria e de cada diretor individualmente.

Parágrafo único. A periodicidade das reuniões será determinada de forma a garantir a efetividade dos trabalhos do Conselho.

Art. 24. A convocação da reunião será feita formalmente pelo presidente do Conselho ou diretor-presidente da Prodemge e deverá indicar a data, horário do início e do término, local e assuntos que constarão da ordem do dia da reunião.

Art. 25. O Conselho reunir-se-á, em caráter extraordinário, sempre que convocado formalmente, a pedido fundamentado de qualquer de seus membros ou da diretoria da Prodemge.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE

§ 1º. O pedido de convocação deverá ser encaminhado ao presidente do Conselho ou ao diretor-presidente, que adotará as providências necessárias para a realização da reunião.

§ 2º. Na hipótese de o presidente não atender à solicitação do conselheiro, no prazo de 15 (quinze) dias, por qualquer motivo, a reunião poderá ser convocada diretamente por, no mínimo, dois conselheiros.

Art. 26. As reuniões do Conselho, ordinárias ou extraordinárias, serão preferencialmente, realizadas na sede da Prodemge e somente se instalarão com a presença da maioria dos conselheiros presentes.

§ 1º. A mensagem de convocação da reunião do Conselho, ordinária ou extraordinária, deverá também convocar os conselheiros para a reunião em segunda convocação, que necessariamente deverá ser realizada na mesma data, porém com seu início previsto para trinta minutos após.

§ 2º. As reuniões do Conselho serão presididas por seu presidente ou, na sua ausência, pelo diretor-presidente da Prodemge, a quem caberá indicar o secretário da reunião.

Art. 27. O presidente do Conselho deverá incluir no calendário anual, ou poderá incluir nas convocações de reuniões ordinárias ou extraordinárias, reuniões ou sessões destinadas à avaliação da gestão, sem a presença de conselheiros que façam parte da Diretoria da Prodemge.

§ 1º. A mensagem de convocação de reunião do Conselho em que houver sessão ou sessões de que trata o *caput* deverá fazer menção a elas, devendo ser endereçada a todos os conselheiros, inclusive àqueles impedidos de participar.

§ 2º. As atas das sessões de que trata o *caput* serão lavradas em apartado e arquivadas como parte integrante da ata de reunião do Conselho.

Art. 28. As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria de votos dos conselheiros presentes e constarão de Atas, lavradas em livro próprio, cabendo ao presidente, além do voto comum, o de qualidade.

§ 1º. Cada membro do Conselho em exercício terá direito a 1 (um) voto.

§ 2º. O voto do conselheiro será dado pessoalmente ou por representação de um de seus pares, caso em que deverá ser entregue ao secretário uma procuração específica para a reunião em pauta e o voto por escrito do conselheiro ausente e sua respectiva justificativa, para arquivamento na sede da Prodemge.

§ 3º. A procuração específica de que trata o parágrafo anterior, assim como eventuais instrumentos de voto, quando elaborados em forma de instrumento particular, dispensam reconhecimento de firmas.

§ 4º. Fica facultada a participação dos conselheiros na reunião por telefone, videoconferência ou outro meio que possa assegurar sua participação efetiva e a autenticidade do seu voto, que poderá ser oferecido inclusive por meio eletrônico (e-mail).

§ 5º. Na hipótese do parágrafo anterior, o conselheiro será considerado presente à reunião e o seu voto válido, para todos os efeitos legais, será incorporado à ata da referida reunião.

Seção II – Da substituição de conselheiro nas reuniões

Art. 29. Na ausência ou impedimento temporário do presidente do Conselho, suas funções serão exercidas interinamente pelo diretor-presidente.

Art. 30. Em caso de ausência ou impedimento temporário de ambos, presidente do Conselho e diretor-presidente, os conselheiros remanescentes indicarão, dentre os demais membros, aquele que exercerá suas funções interinamente.

Art. 31. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho, este deverá funcionar com os demais, desde que respeitado o número mínimo de conselheiros.

Seção III – Da presença de terceiros:

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE

Art. 32. O presidente do Conselho, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer conselheiro, poderá convocar diretores, colaboradores da Prodemge e/ou auditores externos para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações sobre as matérias em apreciação.

Seção IV – Do envio da documentação:

Art. 33. O presidente do Conselho, assistido pelo secretário, preparará a pauta das reuniões, ouvidos os demais conselheiros e o diretor-presidente e, se for o caso, os outros diretores.

§ 1º. Caso dois conselheiros insistam quanto à inclusão de determinada matéria na pauta, ainda que previamente rejeitada, o presidente deverá incluí-la.

§ 2º. A manifestação dos conselheiros obedecerá à forma escrita e deverá ser recebida pela Prodemge no prazo máximo de dois dias após a ciência da decisão do presidente de não inserir a proposta na pauta da reunião, hipótese em que o presidente deverá enviar nova convocação aos conselheiros.

§ 3º. A pauta e a documentação necessária à apreciação dos assuntos nela previstos serão entregues a cada conselheiro com, no mínimo, 7 (sete) dias de antecedência da data da reunião.

§ 4º. Na hipótese de reunião extraordinária, em face da urgência da convocação, caberá ao presidente do Conselho definir o prazo mínimo para envio da pauta e da documentação.

§ 5º. As matérias submetidas à apreciação do Conselho serão instruídas com a proposta e/ou manifestação da diretoria ou dos órgãos competentes da Prodemge, do exame e pronunciamento da auditoria interna e/ou de parecer da área jurídica, quando necessários ao exame da matéria.

Seção V – Do sistema de votação e da ordem dos trabalhos:

Art. 34. Verificado o quorum de instalação, os trabalhos obedecerão à seguinte ordem:

- a) Abertura da sessão;
- b) Prestação de esclarecimentos iniciais pelo presidente;
- c) Leitura sucinta e sem apartes para discussão da ordem do dia a ser submetida à votação;
- d) Apresentação, discussão, encaminhamento de propostas e votação dos assuntos da ordem do dia, na ordem proposta pelo presidente;
- e) Apresentação de proposições, pareceres e comunicação dos conselheiros.

§ 1º. Por unanimidade dos membros do Conselho, o presidente poderá incluir na pauta matéria relevante para deliberação, não constante da pauta original.

§ 2º. Os conselheiros poderão pedir vistas dos processos em pauta, com o objetivo de fundamentar o voto, permanecendo adiada a decisão até a próxima reunião ou a data fixada pelo presidente do Conselho, quando o assunto requerer urgência.

Art. 35. Encerradas as discussões, o presidente do Conselho passará a colher o voto de cada conselheiro.

§ 1º. As abstenções não serão consideradas como votos para efeito de decisão, devendo os votos dissidentes e as abstenções ser registrados em ata.

§ 2º. Em caso de empate, o presidente deverá exercer o voto de qualidade.

Art. 36. As sessões deverão ser suspensas ou encerradas, quando as circunstâncias o exigirem, a pedido de qualquer conselheiro e com aprovação do Conselho.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE

Parágrafo único. No caso de suspensão da sessão, o presidente deverá marcar a data, hora e local para sua continuação, ficando dispensada a necessidade de nova convocação dos conselheiros.

Art. 37. Na ocorrência de divergência de posicionamento de qualquer ordem, as razões devem ser consignadas na ata da respectiva reunião.

Parágrafo único. Caso a maioria dos conselheiros não aceite consignar a divergência no documento, o conselheiro divergente tem o direito de consignar sua manifestação na ata da reunião e apresentá-la diretamente à Assembleia Geral dos Acionistas.

Art. 38. As matérias e deliberações tomadas nas reuniões do Conselho serão válidas se tiverem voto favorável da maioria dos membros presentes, lavradas em atas, registradas no Livro de Atas de reuniões do Conselho e, sempre que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos serão arquivados e publicados na Junta Comercial competente.

§ 1º. As atas serão redigidas com clareza e registrarão todas as decisões tomadas, abstenção de votos por conflitos de interesses, votos dissidentes, responsabilidades e prazos, devendo ser assinada por todos os presentes.

§ 2º. Em caso de deliberações ou debates que tenham sido objeto de conflito entre conselheiros, as atas serão assinadas antes do encerramento das respectivas reuniões.

CAPÍTULO XIII

DA COMUNICAÇÃO COM A DIRETORIA

Art. 39. A diretoria da Prodemge deverá:

- a) Fornecer aos conselheiros os seguintes elementos necessários ao desempenho de suas atribuições, independentemente de solicitação: (i) cópia do Estatuto Social e de outros atos normativos vigentes, quando da eleição ou nomeação do conselheiro; e (ii) das atas das reuniões da diretoria e do Conselho Fiscal e dos relatórios das auditorias interna e externa, quando das reuniões ordinárias;
- b) Fornecer, a pedido de qualquer conselheiro, esclarecimentos ou informações;
- c) Colocar à disposição do Conselho: (i) pessoal qualificado para secretariá-lo e prestar o necessário apoio técnico; (ii) órgão de auditoria interna para assessorá-lo na apuração de fatos específicos; (iii) auditoria independente, para prestar os esclarecimentos julgados necessários; e (iv) serviços jurídicos da Prodemge;
- d) Fornecer com a antecedência mínima de 7 (sete) dias matérias em que o Conselho deva opinar, acompanhada, quando for o caso, dos elementos ou documentos sujeitos ao seu exame e pronunciamento, bem como cópia das atas de suas reuniões.

Art. 40. A fim de facilitar e ordenar a comunicação entre os membros do Conselho e a diretoria da Prodemge, as dúvidas e solicitações de informação dos membros do Conselho deverão ser enviadas ao diretor-presidente.

CAPÍTULO XIV

DA COMUNICAÇÃO COM O CONSELHO FISCAL

Art. 41. O Conselho de Administração reunir-se-á periodicamente com o Conselho Fiscal da Prodemge, se e quando em funcionamento, para tratar de assuntos de interesse comum.

Art. 42. O presidente do Conselho de Administração colocará à disposição dos membros do Conselho Fiscal, por meio de comunicação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, cópia das atas de suas reuniões e, no prazo de

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE

15 (quinze) dias do seu recebimento, cópia dos balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente e, quando houver, dos relatórios de execução orçamentária.

Parágrafo único. O Conselho de Administração fornecerá, a pedido de qualquer membro do Conselho Fiscal, os esclarecimentos ou informações, inerentes à sua função fiscalizadora, bem como demonstrações financeiras ou contábeis especiais.

Art. 43. Os membros do Conselho Fiscal devem assistir às reuniões do Conselho de Administração, se houver, ou da Diretoria, em que se deliberar a respeito dos assuntos sobre os quais o Conselho Fiscal deve opinar, tais como: relatório anual da administração; modificação do capital social; emissão de debêntures ou bônus de subscrição; planos de investimento ou orçamentos de capital; distribuição de dividendos; transformação, incorporação, fusão ou cisão; e exame das demonstrações financeiras do exercício social.

CAPÍTULO XV

DA COMUNICAÇÃO COM OS ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Art. 44. As deliberações do Conselho devem ser precedidas das manifestações do Comitê de Governança Corporativa e das deliberações da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças do Estado de Minas Gerais, no que se refere às seguintes matérias:

- a) Alterações estatutárias;
- b) Aumento de quantitativo de pessoal próprio;
- c) Implantação de programas de desligamento voluntário de empregados;
- d) Concessão de benefícios e vantagens e revisão de planos de cargos e salários, inclusive alteração de valores pagos a título de remuneração de cargos comissionados ou de livre provimento e remuneração de dirigentes, quando for o caso;
- e) Participação de empregados e dirigentes nos lucros ou resultados, exceto aquela definida em acordo ou convenção coletiva de trabalho;
- f) Implantação de acordo de resultados;
- g) Proposta de aumento de capital;
- h) Proposta de distribuição do lucro líquido do exercício;
- i) Proposta de criação de empresa estatal ou assunção, pelo Estado ou por empresa estatal, do controle acionário de empresa privada;
- j) Contratação de operação de crédito de longo prazo, inclusive operações de arrendamento mercantil;
- k) Emissão de debêntures, conversíveis ou não em ações, ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários;
- l) Alteração de estatutos e regulamentos, convênios de adesão, contratos de confissão e assunção de dívidas de entidades fechadas de previdência privada, patrocinadas pela Companhia;
- m) Contratos de assunção, reestruturação e confissão de dívidas; e
- n) Riscos fiscais informados pelos gestores ou identificados pela Diretoria Central de Suporte à Governança Corporativa da Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública da Secretaria de Estado de Fazenda, no exercício de suas competências.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE

Art. 45. Para possibilitar o acompanhamento efetivo pelo acionista majoritário, o Conselho utilizará os instrumentos de comunicação formal listados a seguir e detalhados nos Anexos I a IV deste Regimento:

- a) Anexo I – Pauta de Verificação Anual do Conselho de Administração: listagem das tarefas que devem ser cumpridas pelo colegiado, contemplando eventos e/ou atividades mais significativas atinentes à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, a ser enviada ao Comitê de Governança Corporativa até o dia 30 de maio do ano subsequente ao exercício social cujas contas foram analisadas.
- b) Anexo II – Informe de Voto Divergente: registro das matérias decididas pela maioria do colegiado e de decisões divergentes, quando ocorrer, a ser enviado ao Comitê de Governança Corporativa imediatamente após a reunião.
- c) Anexo III – Controle de Pendências: documento de controle interno, com registro das solicitações de informações do Conselho à diretoria, para acompanhamento da implementação das recomendações e determinações referentes a eventuais desajustes de contas e condutas da Companhia, bem como da ocorrência de alguma situação ou medida saneadora apontada pelo colegiado.
- d) Anexo IV – Controle de Atas de Reuniões: documento de controle interno, com registro das datas e matérias apreciadas, que objetiva manter o acompanhamento dos atos do Conselho.

Parágrafo único. O Conselho deverá encaminhar ao Comitê de Governança Corporativa o Anexo I, referente à pauta de verificação anual e, quando ocorrer, o Anexo II, referente a votos divergentes.

CAPÍTULO XVI

DO ORÇAMENTO DO CONSELHO

Art. 46. As despesas inerentes às reuniões do Conselho correrão à conta do orçamento da Prodemge.

Parágrafo único. O orçamento deverá compreender as despesas referentes a eventuais consultas a profissionais externos para a obtenção de subsídios especializados em matérias de relevância para a Prodemge, bem como as necessárias para o comparecimento de conselheiros às reuniões.

CAPÍTULO XVII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47. As omissões deste Regimento Interno, dúvidas de interpretação e eventuais alterações de seus dispositivos serão decididas em reunião do Conselho, na forma prevista no Estatuto e neste Regimento.

Art. 48. Este Regimento Interno entra em vigor na data da sua aprovação pelo Conselho e será arquivado na sede da Prodemge.